

O Tuiuti



2013 / Nº 86

BATALHÃO 33

Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai





O Tuiuti

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DA ACADEMIA DE HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL/RIO GRANDE DO SUL (AHIMTB/RS) - ACADEMIA GENERAL RINALDO PEREIRA DA CÂMARA - E DO INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL (IHTRGS)

210 ANOS DO NASCIMENTO DE CAXIAS – 70 ANOS DA CRIAÇÃO DA FEB

Editor:

Luiz Ernani Caminha Giorgis, Cel – Presidente da AHIMTB/RS e Vice do IHTRGS

lecaminha@gmail.com

Projeto Gráfico:

Fabricio Gustavo Dillenburg - Núcleo de Estudos de História Militar Vae Victis

nucleomilitar@gmail.com

Capa:

Em primeiro plano, 1º Tenente da Guarda Nacional Johhann Kautzmann, de Campo Bom, que tombou em 03/11/1867 (2ª Batalha de Tuiuti). Atrás dele, grupo de Brummer. Ao fundo, sombra de Solano López.

NÚCLEO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA MILITAR VAE VICTIS

Mais de duas décadas de trabalho voltado para a divulgação da História Militar

O Núcleo de Estudos de História Militar Vae Victis tem grande orgulho em participar da elaboração do informativo **O Tuiuti**, marco da formação histórica militar brasileira. Com o objetivo de divulgar a História, sobretudo em seu viés militar, o Núcleo de Estudos de História Militar Vae Victis trabalha tendo em vista a clareza de informação, a amplitude das análises, a relevância do material audiovisual, a atualização das hipóteses e a consistência na argumentação.

Nossa Missão: é levar ao máximo possível de pessoas o conhecimento da História Militar, divulgando sua importância, resgatando os seus valores e as suas memórias, preservando documentos e fornecendo subsídios para uma educação integral e de qualidade.

Nossa Postura: é independente, livre de qualquer posição política ou religiosa, voltada unicamente para a preservação e divulgação do conhecimento histórico, sem qualquer conexão com entidades que não tenham cunho explicitamente cultural, visando fornecer informação e compreensão com acessibilidade.

Para saber mais sobre nosso trabalho visite:

www.nucleomilitar.com / www.nucleomilitarblog.com

Batalhão de Voluntários da Pátria nº 33

(33º Corpo de Voluntários da Pátria)

Fabrizio Gustavo Dillenburg
Núcleo de Estudos de
História Militar Vae Victis



Em meados do século XIX, já era perceptível que o Paraguai e o Brasil teriam sérias desavenças, devido, sobretudo, a problemas de definições fronteiriças. Principalmente na área Centro-Oeste brasileira, incertezas que datavam, ainda, da era colonial geravam atritos e discussões que se tornavam cada vez mais constantes. Em 1864, uma escalada sem precedentes na região implicou em uma situação crítica, que derivaria na conhecida Guerra do Paraguai¹, uma hecatombe que culminaria em milhares de mortos e afetaria, significativamente, toda a conjunção geopolítica sul-americana.

Apesar da insistência no contrário, décadas de pesquisa calcadas na concreta análise de documentos e fatos mostram que não cabe mais à História, em nenhuma hipótese, manter o discurso tipicamente marcado por um “coitadismo” exacerbado no que diz respeito aos paraguaios. Resquício de momentos de má interpretação e estudos superficiais do conflito, esses sermões e obras sensacionalistas, que ainda permanecem arraigados em livros didáticos e discursos de muitos docentes, caracteristicamente

mal informados, têm de ser interpretados na sua verdadeira importância conjuntural e, em boa parte, descartados, por não possuírem validade documental histórica.

Ressalvas feitas, o fato é que, em 12 de novembro de 1864, o vapor brasileiro Marquês de Olinda foi capturado por forças paraguaias. No mesmo ano, quase oito mil soldados invadiram o Pantanal, saqueando a seu bel-prazer, e tomaram o Forte de Coimbra – próximo a Corumbá – com relativa facilidade, já que menos de



Raríssima foto de corpos de soldados paraguaios caídos em combate.

um milhar de militares brasileiros guarneciam a extensa região. Os assassinatos e a destruição provocada pelas tropas de Solano López levaram, inevitavelmente, à situação de guerra entre os dois países.

Na época, o Exército Paraguaiou contava com um pouco menos de 80 mil homens. O Exército Brasileiro, não tinha mais do que 18 mil militares.

Em situação espantosamente ruim, o Brasil teve que reorganizar suas forças e, dos esforços em conseguir recrutar um número maior de combatentes, derivaram levas de soldados voluntários, os chamados “Voluntários da Pátria”.

No Rio Grande do Sul, São Leopoldo – fundado em 1846 –, era o único município em área de maciça colonização alemã, na ocasião em que o conflito foi deflagrado. A Guarda Nacional² possuía tropas na cidade, mas elas se reuniam apenas aos domingos, quando faziam alguns exercícios, e muitos de seus membros sequer apareciam regularmente. Não havia quartel. Por volta das nove horas da manhã, os seus componentes eram passados em revista na frente da casa do comandante, enquanto uma banda, composta por cerca de vinte membros, tocava. Era, então, feita a chamada, e os homens, em seus uniformes de brim, apresentavam seus fuzis de pederneira e antecarga. Nas comemorações do dia 7 de setembro havia, excepcionalmente, uma parada, e essa era toda a rotina que mantinha as tropas “preparadas”.

Com a eclosão da Guerra, a Guarda Nacional da Província do Rio Grande do Sul contava, aproximadamente, com 2.750 homens, divididos em 9 Corpos Provisórios de Cavalaria (1º ao 9º). Ordenada a mobilização geral, contudo, em cerca de um mês, os jornais citam entre 8 e

12 mil homens disponíveis. Pelas características da colonização regional, muitos deles – milhares, na verdade – configuravam-se como alemães ou seus descendentes diretos. Apresentaram-se em grande número, cômicos de seu papel na defesa da nação, e da sua situação de responsabilidade como cidadãos brasileiros.

Nem por isso, contudo, foram bem tratados. Constantemente considerados pelos oficiais de origem luso-brasileira como soldados de segunda categoria, eram expostos a situações constrangedoras, chamados injusta e pejorativamente de “estrangeiros”, “prussianos” e, agressão demasiado comum, “alemão de merda”. Recebiam as tarefas mais degradantes, ficavam com o armamento inferior e eram deixados ao largo, quando comparados aos outros guardas nacionais. As muitas promessas que foram feitas, no que tangia a melhorias no tratamento, em geral não foram cumpridas. E, como se isso não bastasse, mesmo o recrutamento era feito de forma irregular, forçando muitos homens que estavam liberados da luta (arrimos de família, viúvos com crianças pequenas, etc.) a formar fileiras. Chegou a ser necessária a intervenção das autoridades da Província para regularizar a situação, revertendo os abusos mais gritantes.

Foi nessas condições que, em 16 de maio de 1865, o então Presidente da

Província, João Marcelino de Souza Gonzaga, incumbiu o Marechal Luiz Manuel de Lima e Silva de formar um Batalhão de Caçadores Voluntários na região de Porto Alegre e São Leopoldo, permitindo, desde o início, o conveniente alistamento de estrangeiros. O ex-Brummer³ Carl Ferdinand Schneider e o civil Peter Weber, ambos de Porto Alegre, ficaram encarregados de se entenderem com os germânicos, que seriam aceitos desde que em boas condições físicas, contando entre os 18 e 50 anos.



Mas o Batalhão custou a se formar. Havia, conforme os cronistas de então, muitos candidatos para as vagas de oficiais, mas pouquíssimos para o alistamento como praças. Voluntários de Santa Cruz e Rio Pardo ajudaram a romper com a lentidão, alistados através de anúncios publicados – em alemão, é claro – em jornais da região. Parece que boa parte da morosidade devia-se,

segundo análise do jornalista e político Carlos von Koseritz (1830-1890), ao sistema antiquado de mobilização e recrutamento brasileiro, criado havia mais de século pelo Conde de Lippe, em Portugal (país no qual, por sinal, já não era mais utilizado). Recrutavam-se, inclusive, presos, que eram levados em correntes e incorporados à força nos batalhões, nos quais eram controlados através de vigorosos castigos físicos, e que ainda eram normais nas forças armadas. De fato, é discurso corrente entre os historiadores que, devido às condições vigentes, servir ao exército era, então, mais um castigo do que uma honra.

Cada soldado recebia alimento somente uma vez por dia, e o soldo era, por falta de outro termo, miserável⁴. Os uniformes, inconsistentes e insuficientes,



Prisioneiros paraguaios. Faltavam-lhes, até, uniformes. Sapatos eram artigo raro. No caso dos brasileiros, há descrições de condições não muito diferentes entre os combatentes.

transformavam-se em trapos com pouco tempo de uso, e botas eram um raro luxo. As acomodações eram medíocres. Não havia sequer barracas ou mesmo mochilas suficientes, e sacos de pano eram improvisados para transportar mantimentos e equipamentos. Como as armas eram antiquadas – e antigas – os que possuíam armas confiáveis muitas vezes as levavam, em detrimento da arma oficial. Problemas ainda mais graves se manifestariam durante o recrudescimento das batalhas, inclusive no que diz respeito às questões de saúde: médicos e remédios haviam sido, como tantas outras coisas, completamente negligenciados.

As deserções, por isso mesmo, eram frequentes e faziam parte do cotidiano das tropas, tanto que, por várias vezes, os desertores foram perdoados, desde que retornassem às suas fileiras. Em 31 de maio de 1865, por exemplo, foi exatamente uma dessas anistias que o Imperador proclamou, incluindo na ordem mesmo os que haviam sido acusados de deserção por duas ou três vezes: apresentando-se, no prazo máximo de três meses, teriam a culpa expiada.

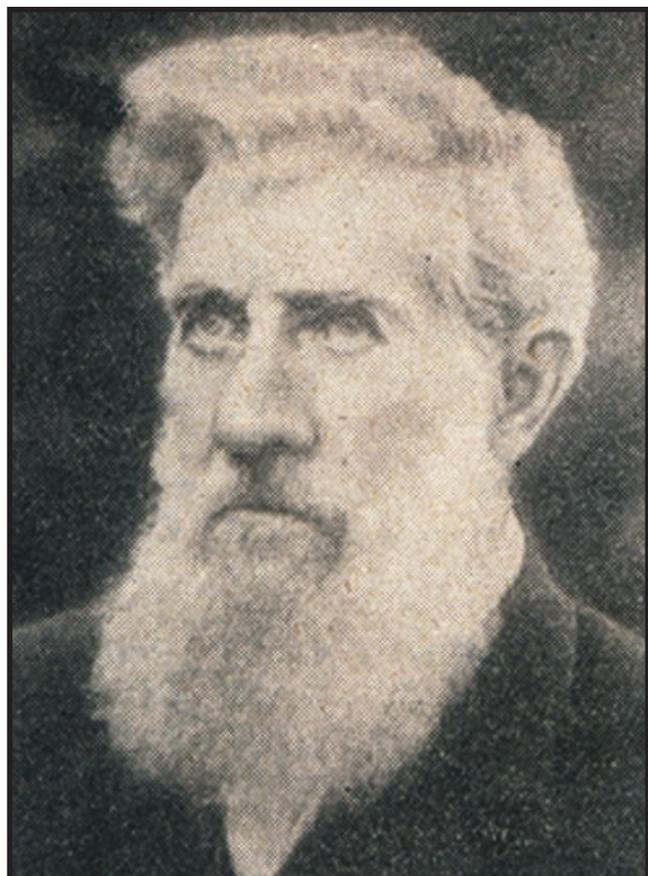
Em 11 de julho de 1865, o Batalhão nº 33 contava com cerca de 200 homens. De Pelotas e Bagé, vieram mais combatentes, que receberam, gratuitamente, passagens para o transporte até Porto Alegre. Em meados daquele mês foi, enfim,

designado como seu comandante o Ten Cel Joaquim Manuel de Assumpção. Como Major Fiscal, assumiu o Capitão Genuino Olympio de Sampaio.

Faltava, porém, algo muito importante: o estandarte. A bandeira acabou por ser bordada pelas filhas do Ten Cel Meirelles, de Porto Alegre, mas demorou a ser terminada, e atrasou a saída do Batalhão para Rio Pardo. Aproximadamente 400 homens compunham o grupo, quando este se deslocou, já que três dezenas haviam desertado e 64 ficaram, por terem sido cedidos para realizarem outras funções, ou por motivo de doença.

O Batalhão nº 33 acabaria por fazer parte de uma Brigada de Infantaria sob o comando do Cel João Manuel Menna Barreto, famoso por sua ação em São Borja, contra os paraguaios. No dia 5 de novembro de 1865 marchou, em prontidão, atravessando o rio Uruguai, em direção a Corrientes, para combater o inimigo, junto com outros brasileiros. Suas ações custariam caro.

O 39º Batalhão de Voluntários da Pátria, posterior, derivou, em parte, do 33º. Foi o Conde d'Eu quem ordenou formá-lo, reunindo o que restou do 33º Batalhão de Voluntários, do Corpo Policial de Porto Alegre, dos 11º e 12º Corpos de Cavalaria da Guarda Nacional de Sant'Ana do Rio dos Sinos de São



Pedro Hahn (1850-1949), que foi o último veterano de origem alemã no RS. Faleceu aos 99 anos de idade, em Feliz.

Leopoldo, respectivamente, e de alguns outros corpos da vizinhança de Porto Alegre.

No final do sangrento conflito, da composição original do Batalhão, cuja formação era marcada por, aproximadamente, um terço de alemães, voltariam apenas 33 homens. Um legado sombrio, mas prova substancial da coragem com que seus membros se empenharam na luta contra as pretensões paraguaias.

•

Notas:

1 Dezembro de 1864 a março de 1870. Aproximadamente 1,5% da população brasileira (139 mil homens) lutou no conflito, sendo que 54.992 eram considerados Voluntários da Pátria. Mais de 50 mil morreram em combate ou por ferimentos ou doenças.

2 A Guarda Nacional foi organizada como força paramilitar, para manter a ordem, durante o período regencial. Foi reorganizada em 1850 e dissolvida em 1922.

3 Como eram designados os soldados germânicos, mercenários em sua maioria, contratados em 1851 pelo governo do Brasil para lutarem na guerra contra Oribe e Rosas. Como eles reclamavam muito do soldo e das condições em que viviam, além das características da língua, estranha aos ouvidos luso-brasileiros, receberam a alcunha "Brummer", que pode ser traduzido como "resmungão".

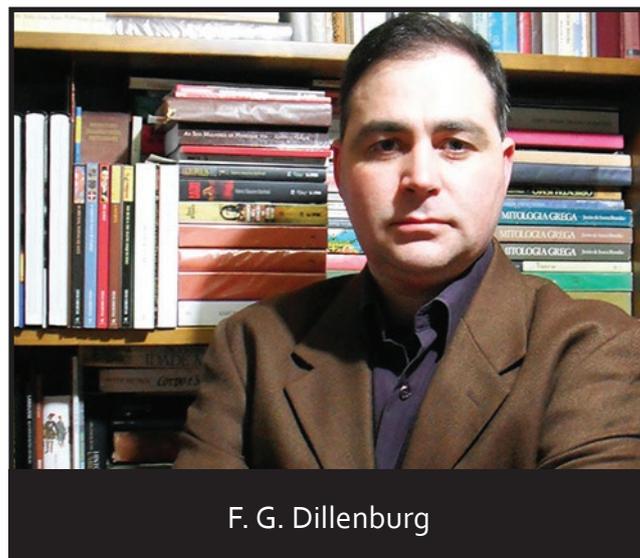
4 A remuneração ainda se baseava em uma tabela de 1825. Um infante recebia 90 réis, enquanto que um artilheiro e um membro da cavalaria recebiam 100 réis. Em 1865, a inflação havia devorado a moeda, e ela valia apenas metade, quando comparada com o valor de 1825. Os vencimentos mal davam para a subsistência, a maior parte sendo gasta em alimentos.

Referências Bibliográficas:

BECKER, Klaus. **Alemães e descendentes do Rio Grande do Sul na Guerra do Paraguai**. Canoas: Hilgert & Filhos, 1968.

MOEHLECKE, Germano Oscar. **Os imigrantes alemães e a Revolução Farroupilha**. São Leopoldo: Instituto Histórico, 1986.

LEMOS, Juvencio Saldanha. **Os mercenários do imperador: a primeira corrente imigratória alemã no Brasil (1824-1830)**. Porto Alegre: Palmarinca, 1993.



F. G. Dillenburg

Sobre o Autor: **Fabricio Gustavo Dillenburg** tem formação em História e é fundador e responsável pelo Núcleo de Estudos de História Militar Vae Victis. É autor de "Kamikaze: as Invasões Mongóis e as Origens do Vento Divino". Mais informações em www.nucleomilitar.com e www.nucleomilitarblog.com.

O CUMPRIMENTO DE ORDENS E A CONSCIÊNCIA



Flávio M. Pinto

Ainda está para ser definido o limite entre o cumprimento de uma ordem e a consciência em um grande número de profissões e agrupamentos humanos.

Encontramos no Exército, e nas outras forças armadas congêneres, Marinha e Aeronáutica, o melhor balizamento: é o que o militar chama de disciplina consciente. Uma verdadeira simbiose entre personalidade ajustada à profissão e a noção exata do cumprimento ético de ordens e normas.

“Não se cumpre ordem absurda” diz-se na caserna e serve como um norte seguro para o superior ao pensar em dar uma ordem e uma segura guarida

ao subordinado ao recebê-la. Ambos, superior e subordinado, ficam como que compactuados na missão.

Instituições que possuem excelente formação moral dos seus Quadros, fortemente calcados em valores positivos, pouco ou nada temem em relação a ordens que devam ser cumpridas. Contudo, seus Quadros superiores não tergiversam em não cumprir aquilo que não está na sua formação profissional. São coerentes e repassam a seus subordinados sua filosofia. Não pensam uma coisa e fazem outra. Aquilo que pensam é aquilo que fazem.

Refiro-me particular e especialmente às Forças Armadas, que não mudaram um milímetro na sua conduta com o passar dos tempos. Continuam

brasileiras, vigilantes, responsáveis, isentas, mesmo tentadas pelo demônio da filosofia do "levar vantagem em tudo" que impera no corrupto e incoerente mundo civil, que a tentam tentando levar esse caos para dentro da caserna. Alguns civis, colocados no Ministério da Defesa, já conseguiram macular o moral dos soldados. Não sei até que limite irão.

"Manda quem pode e obedece quem tem juízo!" diz o ditado, no entanto a responsabilidade de quem deu a ordem é maior do que de quem a executa, posto que, sabe por que deu a ordem e para quê. E essa responsabilidade aumenta a medida da importância do assunto.

Existem agrupamentos compostos por fanáticos que não raciocinam e cumprem ordens servil e





caninamente, normalmente usando a violência. Não necessariamente a violência explícita, mas a transversa sob formas de protestos e impedimentos nas ruas cerceando a locomoção da população em ruas, estradas, acesso a serviços essenciais. Muitos são regamente pagos para tais tarefas, visto que não pertencem ao segmento protestante e sim a grupos de esfomeados ou desempregados. Quem dá ordens nesse sentido não tem limites, não possui escrúpulos.

Eis que se evidencia a falência total de padrões ético-morais nesses agrupamentos, explícitos em suas condutas.

E aí podemos divisar esse sentimento de limites: a linha ética-moral que bem define condutas. Sim, a linha delimitadora é a ética-moral! São os verdadeiros escrúpulos em seguir uma trajetória correta e decente.

Não cumprir ordens amorais e antiéticas é um apanágio de pessoas decentes. As verdadeiramente decentes e corretas e não aquelas que se dizem, e, no entanto, apoiam movimentos que beiram a ilegalidade com suas ações.

•



AHIMTB / RS

ACADEMIA DE HISTÓRIA MILITAR
TERRESTRE DO BRASIL / RS

